

SUJEITOS E PRÁTICAS NO PROJETO TRAJE EM CAMPO GRANDE/MS: ARRANJOS DE UMA ESTRATÉGIA DE ESCOLARIZAÇÃO

Dayana de Oliveira Arruda¹, Carlos Igor de Oliveira Jitsumori²

1. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/FAEd/UFMS).
2. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/FAEd/UFMS).

Resumo: Este texto objetiva identificar práticas efetivas no Projeto “Travessia Educacional do Jovem Estudante Campo-grandense” (TRAJE), estratégia singular de escolarização direcionada a jovens de 15 a 17 anos em distorção idade/série, operacionalizada na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, pelos arranjos dos anos de 2016 e 2017. Utilizamos dos referenciais teórico-metodológicos foucaultianos em vistas às tentativas de desmistificar relações de caráter institucional, circunscritas por dispositivos políticos e pedagógicos específicos. Documentos, entrevistas etnográficas de caráter exploratório, realizadas também de modo individual, discussões em grupo e registros de procedimentos observacionais corresponderam, respectivamente, às fontes e instrumentos de coleta de dados e informações. Concluímos que o Projeto Traje tangenciava sob discursos de escolarização e inclusão, a regularização e docilização de corpos, sobrepondo propósitos de caráter pedagógicos.

Autorização legal: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFMS), número 2.202.123.

Palavras-chave: Escola; Operacionalidades; Problematizações.

Apoio financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Este texto tem o propósito de pontuar alguns resultados da pesquisa intitulada “Discursos e práticas: problematizações de uma proposta de educação de jovens e adultos”, realizada entre os anos de 2016 e 2017, no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS).

Constituído como *lôcus* do estudo em questão, cujas aproximações alinham este trabalho, o Projeto “Travessia Educacional do Jovem Estudante Campo-grandense” (TRAJE) correspondia¹ a uma estratégia de escolarização em vistas à elevação de níveis de escolaridade de sujeitos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos em condições de distorção idade/série, operacionalizada na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, na instituição denominada Escola Osvaldo Cruz.

Estratégia que comportava transversalidades da educação de jovens e adultos, por compreender movimentos de caráter compensatório, cujos princípios versavam principalmente sobre a recuperação de processos de ensino e aprendizado, aceleração e terminalidade, em paralelo ao alcance da certificação em nível de ensino fundamental.

Justificamos este trabalho em face da latente tarefa – imbricada na relevância das pesquisas em educação – de reconhecer características que ultrapassam e concomitantemente, conjecturam e são intrínsecas aos sujeitos, tempos e espaços da instituição escolar em seus acontecimentos, suas práticas efetivas.

O exercício de desmistificar relações de caráter institucional na perspectiva de operacionalidades atravessadas por normas e regulamentos circunscritos em dispositivos pedagógicos, foi realizado em face dos referenciais foucaultianos em seus domínios e leituras de realidades.

Diante disto, este texto objetiva identificar práticas sociais e culturais exercidas no Projeto Traje enquanto instituição escolar engendrada como uma estratégia de escolarização singular, produtora de diferentes sujeitos em suas condições singulares, bem como leituras, significados e contradições.

Metodologia

As mediações e aproximações a sujeitos, situações e práticas *in loco*, sob as quais empreendemos problematizações na tentativa de abarcar seus próprios termos e condições, ou ainda leituras, questionamentos e possibilidades de entendimentos outros – explicitaram instrumentos, recursos, concepções e procedimentos que (re)dimensionaram noções puramente tradicionais, racionais e limitadas de método (GAMBOA, 2012).

Desse modo, correspondem a fontes primárias esquadrihadas em seus apontamentos principais, o livreto que apresenta o Projeto Traje em seus objetivos, justificativas e fundamentações (CAMPO GRANDE, 2011), e o Projeto Pedagógico Especial para o Ensino Fundamental – Travessia Educacional do Jovem Estudante Campo-grandense (CAMPO GRANDE, 2015).

¹ Enredado por inevitáveis transições e modificações no que tange às suas atribuições e concepções político-pedagógicas, público-alvo e respectivas abrangências na oferta de escolarização pública direcionada a pessoas jovens e adultas.

Como marcas da entrada no campo de estudos, as relações e contatos estabelecidos de maneira positiva à consecução da pesquisa mediaram o indispensável e necessário acesso a informações elementares do campo, bem como dados, outros achados e relatos de acontecimentos e contextos individuais e coletivos, por meio da utilização de procedimentos observacionais e entrevistas etnográficas (FLICK, 2009).

As mencionadas técnicas propiciaram em dias e horários flexíveis durante o período matutino, de maneira não programada, sem roteiros ou agendamentos prévios, a observação de situações efetivas e escuta atenta e profícua de docentes, equipe psicossocial, coordenadores pedagógicos e demais sujeitos de referência ligados ao quadro técnico-pedagógico do Projeto Traje, essenciais ao movimento exploratório e inventariante realizado em um primeiro momento. Como movimento de pesquisa explicitado em meio ao que denominamos engrenagem institucional, assentada em diferentes percepções, atribuições e interesses em face de suas práticas, os estudantes do Projeto Traje foram então configurados como sujeitos participantes.

Desse modo, tendo em vista devolutivas voluntárias de participação mediante convite prévio em que foram apresentados via Termos de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido, os objetivos e finalidades da pesquisa – realizamos entrevistas qualitativas abertas, em alguns momentos de modo coletivo pela dinâmica propiciada por grupos de discussão, e em outros, individuais, com 20 jovens (estudantes) do Projeto Traje, nas dependências da Escola Osvaldo Cruz (MEINERZ, 2011).

Para este exercício, foi preciso considerar as especificidades de um espaço tido como educativo-escolar onde circulavam, principalmente, jovens e uma gama de atributos e características coletivas e individuais, seus (des)interesses, recusas, pertencimentos e ausências de vínculos, perante as mais atrativas (ou não) atividades propostas pelo Projeto Traje, aulas e demais práticas consideradas, em princípio, de cunho pedagógico, bem como as possibilidades e condições dos mesmos, de verbalizar elementos que tangenciavam suas existências intersubjetivas em um espaço multifacetado.

Resultados e Discussão

O campo da educação escolarizada investigado em suas práticas aprioristicamente de cunho educativo-formativo, como espaço e tempo destinado ao ensino e aprendizado, legitimação e reprodução de valores e princípios historicamente instituídos, assume a devida materialidade quando problematizado sob um conjunto estratégico de dispositivos institucionais, ajustados ou traduzidos como pedagógicos, correlatos às funções e finalidades da escola.

Ao explorar o arcabouço foucaultiano como construto analítico que engendra outros diferentes olhares sobre saberes e fazeres no campo educativo, Ziliani (2013, p. 45) afirma que “Pensar a escolarização como dispositivo, implica conceber uma rede que se estabelece frente a elementos heterogêneos que envolvem os discursos, o espaço-tempo escolar, o currículo, os procedimentos administrativos e outros [...]”.

Embora destinada à (re)produção de determinados conhecimentos em seus modos tidos como diferenciados de ensino e aprendizagens, a escola, nesta perspectiva, constitui-se como lugar culturalmente instituído, privilegiado e profícuo para intervenções assistenciais, de proteção e garantia de direitos, ampliando de forma significativa suas atribuições e responsabilidades de forma coesa e duradoura, ainda que sob práticas consideradas tradicionais, sem modificações significativas ao longo do tempo. (OSÓRIO, 2010).

Intervenções estabelecidas como garantias no campo do direito, contraditoriamente responsáveis por legitimar, no espaço institucional considerado, uma engrenagem de técnicas e mecanismos específicos, os quais versam sobre tentativas de normalização e regularização de sujeitos e grupos categorizados em suas demandas, aglutinadas em suas diferenças, sobretudo de renda e raça.

Com base nestas considerações, alinhávamos como eixo central das interfaces empreendidas neste texto, certo jogo emergente de práticas sociais e culturais problematizadas no tempo e espaço singulares do Projeto Traje em face das circunstâncias de pesquisa, operacionalidades que conforme identificado, transgridem prerrogativas de dispositivos pedagógicos, demarcado por limites e adequações unilaterais, desconexos da realidade em seus (re)arranjos (FOUCAULT, 2015a).

Jogo, por sua vez, ajustado no descompasso identificado entre o proposto mediante elementos e discursos extraídos de marcos regulatórios analisados, *versus* práticas sociais e culturais exercidas, isto é, realidades efetivas, concretas, que sustentavam em dado espaço e tempo, acontecimentos particulares ao Projeto Traje, atravessado por diferentes histórias, trajetórias e modos de vida – cotidiano demarcado por processos de exclusão em detrimento dos jovens, então estudantes do mencionado Projeto.

Exclusão que classifica e resguarda, que emerge sob discursos da inclusão, proteção, guarda e potencial recuperação e ajuste de situações, corpos, comportamentos e respectivas conjunturas tidas como adversas – e que por fim, dispõe jovens em suas condições, como alvos imediatos de determinadas práticas instigadas pela judicialização e seus respectivas tecnologias de controle e disciplinamento (FOUCAULT, 2014).

São configurações sociais historicamente constituídas na materialidade de ações e políticas de caráter inclusivo, que tem como foco demandas específicas e anseios de indivíduos e coletividades (OSÓRIO, 2007). Contradições que extrapolam responsabilizações, atribuições e interveniências estritamente institucionais, estabelecidas via políticas, ações e serviços fragmentados, como identificado no Projeto Traje em suas fragilidades enquanto política singular de escolarização.

Espaço escolar orientado pela prerrogativa da recuperação de processos formativos no âmbito da educação básica, calcado em metodologias ditas diferenciadas e atrativas, transversais à educação de jovens e adultos – constatamos que o mencionado Projeto emergiu da necessidade em incluir jovens de 15 a 17 anos, em distorções idade/série, bem como respectivas problemáticas e demandas relacionadas à falta de adaptação

dos mesmos no ensino fundamental considerado sequencial e regular (CAMPO GRANDE, 2011).

No entanto, as características consideradas adversas, de enfoques eminentemente negativizados e de marginalização, que emergiram como constituintes do público aglutinado no Projeto – ou a eles diretamente associadas –, como sujeitos em distorções para além da correlação entre idades e níveis de escolaridade, surpreendeu metodologias, abordagens e didáticas cuidadosamente trabalhadas, elaboradas, previstas, convergindo em práticas efetivas e concretas que ultrapassaram seus propósitos primeiros.

Observamos e constatamos mediante circunstâncias e relatos, a recorrência do uso e comércio de drogas no interior e adjacências da Escola Osvaldo Cruz, protagonizados por jovens do Projeto Traje, bem como variantes sociais e culturais típicos de comportamentos considerados incorretos e indisciplinados, destacados e reiterados pelos próprios estudantes nas ocasiões das entrevistas individuais abertas e grupos de discussão.

Neste sentido, o desvio ou (des)ajuste como códigos que marcavam tais sujeitos em suas multifacetadas realidades e existências, tendo em vista as condições investigativas então empreendidas, envolviam diferentes irregularidades como a própria negação da aprendizagem, bem como potencialmente, transgressões, indisciplinas, resistências, ações e reações positivas ou negativas, em suas manifestações e intensidades.

A máxima de que estes sujeitos são agrupados sob características consideradas semelhantes, a princípio, resultantes de trajetórias escolares em desajustes e distorções para além do processo de ensino e aprendizado, é corroborada e ao mesmo tempo ampliada de modo direto e objetivo pelos próprios jovens, ao generalizar diferentes percursos e modos de vida (escolar), classificações que os identificam como iguais – diante das diferenças.

Características recorrentes que em seu todo, retratam o conjunto multifacetado de sentidos e possíveis identidades que conformam ante a sua clientela, o próprio Projeto Traje como espaço institucional-escolar reservado a sujeitos (des)ajustados independentemente de suas gêneses ou antecedentes. Elementos que em verdade, apenas unem os jovens do Traje na medida de suas passagens por processos individuais, históricos e sociais de fragilização e decorrente marginalidade, os quais reforçam o entendimento de que as distorções apreendidas, de fato extrapolam processos apenas relacionados à níveis de escolaridade.

Desse modo, constatamos que estes jovens em sua multiplicidade, compõem a sincronia de percepções sociais e culturais que estigmatizam o espaço-tempo estudado em suas práticas efetivas, como constituído especificamente para sujeitos (estudantes) marginalizados e indisciplinados, anunciando “[...] determinado grau de seletividade que enfatiza a diferença pelo preconceito, como estratégia de segregação social, visando, constantemente, a uma exposição coletiva ou individual.” (OSÓRIO, 2007, p. 302).

Multiplicidade envolvida pela recorrência de operacionalidades que divergem de uma cultura moralmente aceita como padrão, a considerar um ambiente tido como escolar e seus regramentos implícitos instituídos, e que versam, com preponderância, sobre o uso indiscriminado de drogas nas fronteiras (interior e adjacências) do espaço escolar, pequenos delitos, indisciplinas cotidianas em suas diversas manifestações e intensidades.

Conforme Foucault (2015b, p. 121) “São na realidade marcas, ou seja, traços por meio dos quais um poder que se exerce sobre um indivíduo põe este último numa situação de sujeição que poderá acarretar algumas medidas: exclusão, reclusão etc.” Características que em suas potencialidades, orientavam tentativas cotidianas de controle e disciplinamento em face dos estudantes do Projeto Traje, desmistificadas em técnicas e estratégias de vigilância hierárquica ininterruptas, registros escritos e repreensões de caráter moral-punitivo.

Neste íterim, constatamos ainda a recorrência de (inter)relações, convivências, aprendizados, conflitos, estabelecimento (ou não) de vínculos, seja de caráter coletivo e individual, positivos e negativos, inerentes às relações humanas tangenciadas por interesses aprioristicamente antagônicos ao processo de recuperação de níveis de escolaridade como ideativo didático proposto – operacionalidades que realçavam o cotidiano investigado em suas práticas sociais e culturais efetivas, oportunizando de maneiras imprevisíveis, o desenrolar (ou não) da travessia proposta a princípio como processo de escolarização.

Conclusões

Considerando o objetivo deste texto, de identificar práticas sociais e culturais exercidas no Projeto Traje enquanto estratégia de escolarização singular com exercícios e dinâmicas específicas, concluímos que o mencionado Projeto forjou como limiar de suas estratégias efetivas, ao longo de sua constituição histórica e junto à lógica do próprio sistema educativo local, estigmas de instituição de ensino predisposta a receber e aglutinar determinados sujeitos condicionados à margem de configurações e contextos sociais, econômicos e culturais, alocados no bojo de desajustes e anormalidades ímpares que os identificam enquanto tais.

Espaço, tempo e conjunturas culturalmente estigmatizadas, estritamente reservadas a um público de jovens considerado periférico, não esperado, potencialmente marginalizado. No entanto, as relações identificadas nesta trama de uma engrenagem institucional que se almejava normalizada, devidamente ajustada e enquadrada sob regramentos que padronizassem comportamentos – foram apuradas sob a existência ao mesmo tempo fluida e inconstante de relações consideradas harmônicas, de ensino e aprendizado realizados de modo propositivo e pragmático a conteúdos, mas também e preponderantemente, de tensões, conflitos, insatisfações, (des)obediências, embates, (des)ajustes, ações, reações e concessões.

Determinantes da pesquisa apontaram ainda, como exercícios considerados efetivos do Projeto estudado, modificações e adequações a elementos tangenciados pela educação de jovens e adultos, por compreender movimentos, atuações e formatos transversais, enquanto uma política de escolarização cujos princípios versavam sobre a marginalização e o aligeiramento, de caráter compensatório, cuja negação da aprendizagem ocorria em paralelo à oportuna e necessária certificação, que por sua vez, não necessariamente

qualifica e valida conhecimentos, habilidades e competências requeridos.

Embora prevista e operacionalizada sob as prerrogativas do direito à educação constitucionalmente garantido, com todas especificidades individuais e sociais que abarca, o Projeto Traje, perscrutado em seus regimes de verdade constituintes, esquadrinhava, classificava e resguardava determinados sujeitos em seu arcabouço pretensamente resolutivo, como uma espécie de salvação, em complexos movimentos institucionais, sociais e culturais cotidianos, suas práticas efetivas.

Operacionalidades que, conforme as condições postas em vistas à realização da pesquisa, eram cotidianamente produzidas e reproduzidas, principalmente em face de intencionalidades e propósitos legitimados e documentados via dispositivos pedagógicos que em si mesmos, alinhavam a pretensão pela correção de níveis de escolaridade, tangenciadas e categorizadas como irregulares ou desajustadas, a considerar padrões e normativas vigentes – mas que, conforme apurado, caracterizavam e oportunizavam vazão a modos singulares de recorrências de práticas efetivas, as quais explicitaram outros propósitos e interesses para além de intentos de ordem pedagógica.

Constatamos assim, que o referido Projeto, estudado em suas práticas sociais e culturais exercidas, como espaço institucional escolar específico e local (micro), propôs em sua frágil existência enquanto tal, sob discursos e exercícios cotidianos de proteção, escolarização e guarda, em verdade, regularizar condutas e docilizar corpos – em uma evidente sustentação e reprodução de uma gama de problemáticas e complexidades políticas, sociais e culturais de âmbito macro.

Neste campo de problematizações despontado em processo, sob o prisma de práticas sociais e culturais exercidas em detrimento de sujeitos em condições esquadrinhadas no rol de um aparato institucional específico, necessariamente contidas em ordens e desordens como encadeamentos de saberes, poderes e fazeres identificados em um cotidiano inconstante, transgredimos o limiar da fronteira existente entre o que se caracterizou, sumariamente, no campo estudado, como proposto *versus* operatividades.

O desenrolar deste estudo, portanto, em face dos referenciais foucaultianos, utilizados para efeitos de sua consecução processual, convergiu esforços em atenção à emergência de novos saberes acerca da realidade investigada, mas propícios a repensar a escola pública, bem como demais espaços institucionais sustentados em propostas de caráter inclusivo e resolutivo de males sociais, para além de suas diferentes dimensões e relações, ultrapassando concepções, olhares e enfoques somente acerca de sua estrutura, funções e finalidades técnicas e pedagógicas, representadas ou prescritas em dispositivos.

Referências bibliográficas

CAMPO GRANDE [MS]. **Projeto pedagógico especial para o ensino fundamental: Travessia Educacional do Jovem Estudante Campo-grandense (TRAJE)**. Campo Grande, MS, 2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Traje: travessia educacional do jovem estudante. Projeto diferenciado no ensino fundamental (proposta)**. Campo Grande, MS, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

_____. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015b.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2012.

MEINERZ, Carla Beatriz. Grupos de discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 485-504, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/16957/12914>. Acesso em: 10 out. 2016.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Escolarização: práticas sociais, culturais e pedagógicas – fragmentos de uma realidade seletiva. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial**. Araraquara: Junqueira & Martin Editores, 2010. p. 89-98.

_____. Estranho medo da inclusão. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 301-318, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/674/484>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. (Re)pensando saberes e fazeres: contribuições dos estudos foucaultianos para a educação. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Poderes e saberes: corpus em educação**. Campo Grande: Oeste, 2013. p. 39-52.